



Adis Abeba como modelo de reflexão sobre a Cooperação Sul-Sul e desenvolvimento de uma Cidade Global na África Oriental

Addis Abeba como modelo de reflexión sobre la cooperación Sur-Sur y el desarrollo de una Ciudad Global en África Oriental

Addis Ababa as a model for reflection on South-South Cooperation and the development of a Global City in East Africa

Recebido em: 7 de março de 2022
Aprovado em: 21 de setembro de 2023

DOI: 10.5752/P.1809-6182.2023v20n1p39-50

João Pedro Silveira Martins¹

Resumo

Este artigo visa aprofundar a compreensão acerca de como as políticas de cooperação sino-etíopes, inseridas no contexto das relações Sul-Sul, estão moldando novas dinâmicas de poder descentralizado no Sul Global e contribuindo para a formação de uma cidade global em solo africano. O presente artigo inicia por explorar a abordagem da política externa chinesa em relação à Etiópia e, em seguida, lança um olhar detalhado sobre um estudo de caso que aborda a emergência de Adis Abeba como um notável polo tecnológico, político e econômico, solidificando-se como uma forte candidata a se tornar a próxima Cidade Global Sub-Saariana.

Palavras-Chave: Cidade Global – Etiópia – China - Adis Abeba – Cooperação Sul-Sul

Abstract

This article seeks to comprehend how Sino-Ethiopian cooperation policies, within the context of South-South relations, are generating new dynamics of decentralized power in the Global South and contributing to the emergence of a global city in Africa. The paper begins by delving into China's foreign policy approach towards Ethiopia and subsequently conducts a concise case study on the construction of a technological, political, and economic vanguard in the city of Addis Ababa, positioning it as a strong contender to become the next Sub-Saharan Global City.

Keywords: Global City – Ethiopia - China - Addis Ababa - South-South Cooperation

¹ Doutor em Sociologia pela Universitat Autònoma de Barcelona. Pesquisador no Centre d'Estudis i Recerca en Migracions e fundador da consultora Bela Vista Education for Development. Contato: jipemartins@gmail.com.

Resumen

Este artículo trata de comprender cómo las políticas de cooperación sino-etíopes, en el contexto de las relaciones Sur-Sur, están generando nuevas dinámicas de poder descentralizado en el Sur Global y contribuyendo al surgimiento de una ciudad global en África. El artículo comienza profundizando en el enfoque de la política exterior china hacia Etiopía y posteriormente realiza un conciso estudio de caso sobre la construcción de una vanguardia tecnológica, política y económica en la ciudad de Addis Abeba, posicionándola como una firme aspirante a convertirse en la próxima Ciudad Global subsahariana.

Palabras clave: Ciudad Global - Etiopía - China - Addis Abeba - Cooperación Sur-Sur.

Introdução: China em África

A China consolidou sua posição como um dos principais importadores de commodities da África durante sua fase de amplo crescimento econômico nas duas primeiras décadas do século 21. Essa afirmativa chama a atenção para o fato de que o desenvolvimento dos países africanos nos anos recentes está diretamente e intimamente ligado ao progresso chinês, por meio da venda de produtos agrícolas e petróleo para o país asiático. Entretanto, as relações sino-africanas ultrapassaram a simples troca de commodities e passaram a estabelecer um outro núcleo de operações na cooperação para o desenvolvimento, o que tem suscitado debates sobre a natureza do modelo de cooperação adotado no Sul Global. (Vadell et al, 2014).

Um ponto de interesse digno de observação neste “modelo” de cooperação reside na transição do discurso baseado na doação e ajuda ao desenvolvimento, adotado pelos doadores, para uma abordagem de “ajuda” ao desenvolvimento apresentada pelo próprio governo chinês. A China estabelece parcerias com diferentes regiões do Sul Global (Sharma, 2016; Li, 2013; Harris, R L., Y Arias, A. A, 2016), especialmente no contexto deste estudo, com a África, em consonância com sua própria ideologia de política externa, que se apoia em in-

teresses econômicos mútuos com essas nações. Estas noções de assistência sofreram várias transformações nos últimos anos. Os investimentos diretos estrangeiros em países africanos eram inicialmente modestos até os primeiros anos do século XXI, mas agora eles representam um dos pilares centrais da cooperação econômica chinesa com essas nações (Hackenesch, 2011; Zhang, 2016).

No entanto, essa mudança não é algo novo e tem suas raízes no início do século. O Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) de 2000, realizado em Pequim, marcou um momento crucial na agenda de política externa chinesa, com relevância significativa para as nações africanas. Nessa ocasião, a China não apenas se comprometeu a oferecer ajuda simples, mas também a criar um amplo conjunto de oportunidades que abrange acordos comerciais ambiciosos, empréstimos com taxas atrativas para projetos de infraestrutura, investimento direto, assistência técnica e até mesmo capacitação de trabalhadores (Hackenesch, 2011).

Durante a reunião do FOCAC em 2009, realizada na cidade de Sharm el Sheik, Egito, foram apresentados novos projetos com o objetivo de ampliar a abrangência política da cooperação e incorporar questões climáticas, científicas e tecnológicas à agenda. O investimento chinês se diferencia significativamente dos

doadores tradicionais europeus, pois a China fundamenta sua abordagem de cooperação na noção de ser uma alternativa às potências tradicionais do Norte Global – em outras palavras oferece uma saída da dependência dos antigos impérios coloniais (Hackenesch, 2011).

A China está buscando se posicionar como a “potência em crescimento líder”, que pode se relacionar de maneira compreensiva com esses países devido ao seu contexto histórico de colonização (Vadell, 2021). Isso a transforma em uma alternativa justa e viável para a cooperação fora do tradicional eixo Norte-Sul, o que ficou ainda mais evidente com a notícia da expansão do BRICS no ano de 2023 e também das obras da chamada Nova Rota da Seda (Pautasso, Ungaretti, 2017; Rodrigues, 2020).

De todas formas, dentro dos princípios de sua política externa, o governo chinês reafirmava seu compromisso com as normas westphalianas de soberania e não interferência nos assuntos internos na conferência Sino-Africana de Cooperação Internacional ocorrida na primeira década do século 21, momento de maior acercamento entre China e Etiópia. (King, 2007). O objetivo da cooperação sino-africana não é impor reformas econômicas ou políticas aos países africanos, mas sim negociar projetos abrangentes no campo da infraestrutura e dos recursos de produção por meio de acordos entre empresas estatais chinesas e governos nacionais. Portanto, essas relações podem ser consideradas como uma forma de “cooperação win-win” (Zhao, 2004).

China na Etiópia

A Etiópia é o único país do continente Africano que não sofreu por um processo de colonização, exceto pela breve ocupação italiana

durante a Segunda Guerra Mundial, finalizada quando o imperador Haile Selassie regressa ao país. Atualmente, sua economia está ancorada na agricultura, sendo a exportação de café uma importante fonte de receita. No entanto, a produção agrícola é frequentemente prejudicada por secas recorrentes. Diante desse cenário, o governo etíope tem direcionado recursos para áreas cruciais como segurança alimentar, educação, saúde, acesso à água potável e combate ao HIV. Além disso, o país tem implementado projetos ambiciosos de desenvolvimento urbano, por meio de grandes empreendimentos de infraestrutura. Esses projetos requerem consideráveis recursos financeiros externos, incluindo empréstimos, e conhecimento técnico especializado. (Thakur, 2009).

O FOCAC em 2000 marcou um momento de grande importância para a obtenção desses recursos, uma vez que iniciou um diálogo efetivo entre a África e a China, o qual resultou na formulação de planos de ação destinados a alcançar medidas internas de desenvolvimento. Já no seu lançamento em 2000, a Etiópia se destacava como o único país a ser beneficiado por todas as pautas de cooperação chinesa. Entre essas medidas, merece destaque a implementação de tarifas zero para produtos etíopes, o cancelamento de dívidas e o início de grandes projetos de infraestrutura, visando fortalecer as propostas do governo etíope da época. (Thakur, 2009).

Os acordos voltados para a infraestrutura abriram caminho para o ingresso de diversas empresas chinesas em setores como transporte, tecnologia, energia e construção civil, tais como a China Import Export Corporation para conjuntos de equipamentos, a Highway Bridge Engineering China Corporation, a China Water Conservancy & Hydropower Engineering Cor-

poration, a China Aviation Technology Co., a China Wanbao Engineering Co., a China Construction Corporation, a Zhongyuan Petroleum Prospecting, a Jiangxi International Co. e a Dalian Jinzhou Textile Group (Thakur, 2009).

Cumprе ressaltar que o governo etíope reconhece a necessidade de preservar sua soberania e interdependência, ao mesmo tempo em que enaltece o papel da China ao compartilhar suas experiências de desenvolvimento e oferecer suporte técnico. A administração etíope está plenamente consciente da natureza economicamente orientada da assistência chinesa ao país, e expressa claramente seu interesse em manter as relações sino-etíopes próximas, com o intuito de garantir uma continuidade constante e relevante nos fluxos de auxílio destinados aos projetos planejados nos próximos anos (Thakur, 2009).

Em contrapartida a esses benefícios econômicos, o governo etíope demonstrou seu apoio incondicional à China em diversos fóruns internacionais, especialmente durante seu período como membro da Comissão de Direitos Humanos da ONU até 2007. Nessa função, o governo etíope defendeu consistentemente as posições da China em relação ao Tibete e Taiwan, recusando-se a condenar o país por supostas violações de acordos referentes aos Direitos Humanos (Thakur, 2009).

Venkataraman e Gofie (2015) sustentam que a afinidade ideológica entre os governos dos dois países e o próprio ritmo de desenvolvimento chinês foram os principais catalisadores por trás de seus projetos cooperativos, que estão se mostrando cada vez mais promissores. No âmbito político, as ideologias de coexistência pacífica refletidas nos cinco princípios de política externa da China desempenham um papel de extrema importância na consolidação

dessas relações. Esses princípios afastam a conotação imperialista e intervencionista associada ao Ocidente em relação à África, propondo, em vez disso, uma cooperação que se pretende horizontal, fundamentada em uma base de confiança mútua entre os dois países (Venkataraman; Gofie, 2015). Esses princípios são:

Panchsheel, ou os Cinco Princípios da coexistência pacífica, foram pela primeira vez formalmente enunciados no Acordo sobre Comércio e Relações entre a região do Tibete na China e da Índia, assinado em 29 de Abril de 1954, que afirmou, em seu preâmbulo, que os dois governos ‘decidiram entrar no acordo presente baseados nos princípios:

I – respeito mútuo pela integridade territorial e soberania;

II – Não-agressão mútua;

III – Não interferência mútua;

IV – Igualdade e benefício mútuos e

V – Co-existência pacífica. (Índia, 2014, p.2)

A principal diretriz da política externa chinesa em relação à África é o “respeito pelos países africanos”, e a não intervenção em suas estruturas políticas parece ser rigorosamente observada. O benefício econômico mútuo é uma tônica central nos projetos de cooperação e encontra-se explícito na política externa chinesa, que é fundamentada na ideologia de crescimento a qualquer custo, tanto em seu próprio território quanto no continente africano (Venkataraman; Gofie, 2015).

As relações sino-etíopes enfrentam diversos desafios em seus próximos passos, embora a cada momento surjam oportunidades promissoras para ambos os países. De acordo com Geda e Meskel (2010), os principais desafios incluem a) empresas etíopes especializadas em exportação de manufaturas competindo com ou-

tros mercados e b) produtos manufaturados por produtores locais sendo excluídos do mercado.

Nos últimos anos, surgiram críticas relevantes que lançaram dúvidas sobre a natureza das relações sino-etíopes. Alguns jornais retrataram a Etiópia como um novo fronte na busca chinesa por mão-de-obra barata para produtos manufaturados mais simples (Ethiopia Becomes... 2015), enquanto outros criticaram o uso de trabalhadores chineses em projetos de infraestrutura e tecnologia no país. Empresas de engenharia civil, responsáveis por grandes projetos de infraestrutura e energia, não contrataram trabalhadores locais, o que poderia ter sido benéfico para a economia etíope, e os alocaram em posições de produção de níveis mais baixos (Geda; Meskel, 2010).

Portanto, é de suma importância analisar os principais projetos de cooperação chinesa com a Etiópia para compreender os impactos na economia local, especialmente no que diz respeito ao emprego e ao desenvolvimento do comércio etíope. Os autores também apontam quatro áreas de influência chinesa no país: “I) fluxos de comércio; II) fluxo de Investimento Externo Direto, transferência de tecnologia e integração na cadeia global de valor; III) fluxos de ajuda; e IV) questões de governança” (Geda; Meskel, 2010, p.4). Outros pontos importantes são mencionados como fatores intervenientes nas relações sino-etíopes, incluindo impactos ambientais, fluxos financeiros e a participação em instituições de governança internacional - ou regional (Geda; Meskel, 2010).

Este artigo visa analisar os investimentos em infraestrutura na cidade de Adis Abeba como um reflexo das positivas relações sino-etíopes nas áreas de engenharia, construção civil e energia, contribuindo para a construção simbólica de uma vanguarda etíope dentro do bloco africano. A cidade está emergindo como um

novo polo de tecnologia, centro de transporte e já abriga a sede da União Africana, resultante da cooperação sino-etíope. No entanto, para conduzir essa discussão, é necessário compreender por que a cidade se tornou um dos destinos mais importantes para os investimentos capitalistas no século XXI (Degefa, Cheru, 2021; Cheru, Shaw, 2018; Schiere et al, 2011).

Investimentos Certeiros: reflexões sobre a produção do espaço nas cidades

O geógrafo inglês David Harvey (1989) analisa em sua obra² sobre o Direito à Cidade como a globalização molda o espaço urbano. Inspirado por Marx & Engels (2003), Harvey descreve as mudanças na produção do espaço nas cidades, observando o surgimento de investimentos imobiliários, torres de negócios e espaços gentrificados para a elite (Harvey, 1989). O capital transnacional “pousa” em territórios de alta rentabilidade durante crises de superacumulação, gerando um processo de “compound growth”. O capital fictício envolve a propriedade no sistema financeiro, transformando-a em uma forma de “religião”, monopolizando o espaço. A constante renovação do espaço, resultante da busca pelo lucro, gera uma destruição inovadora e reconfiguração constante (Harvey, 2013).

No capitalismo contemporâneo, as crises são resolvidas através do espaço. A apropriação de territórios é vital. Quando há escassez

2 O trabalho de Harvey é uma releitura importante sobre as funções da terra e da renda na acumulação capitalista para compreender como os investimentos financeiros são cristalizados na cidade e alteram, talvez por séculos, toda a paisagem urbana e espaço de vivência dos cidadãos para objetivos mercantilistas (Harvey, 2013). A discussão central em seu trabalho é como o local deixa de ser o espaço de reprodução básica da vida para ser uma forma de produção de capital, alterando drasticamente a vida dos cidadãos pelo uso do espaço na acumulação de capital (Harvey, 1989).

de mão-de-obra, a produção se expande para outros locais, ultrapassando fronteiras. A inserção em novos lugares busca elasticidade e mão-de-obra, modificando espaços e sociabilidades para se tornarem palcos de marketing e hibridismo cultural, facilitando a venda da cultura capitalista contemporânea (Harvey, 2013).

A Cidade Global é um paradigma moldado pelo processo de fixação do capital em um território específico. Short (2005) ilustra como a Globalização influencia o desenvolvimento urbano, levando cidades a construir aeroportos internacionais, centros de negócios e mercados de luxo, além de sediar eventos internacionais, trazendo portanto o debate da produção do espaço nas cidades para as Relações Internacionais³ (Short, 2005).

Apesar da globalização ser virtual em sua essência e das mudanças sistêmicas parecerem distantes da realidade das pessoas nas cidades, a coordenação e operação do sistema que mantém esse sistema global ativo são realizadas em territórios físicos. Em outras palavras, mesmo que a produção global e a descentralização da comunicação e mobilidade não recusem a centralidade do poder, elas se manifestam nas cidades globais, que se reestruturam como agentes desse sistema econômico (Sassen, 2010).

Embora Londres, Nova Iorque, Tóquio ou Singapura sejam algumas das primeiras urbes que vêm à mente quando pensamos no sistema financeiro contemporâneo, novas cidades estão emergindo no cenário internacional como atores estratégicos capazes de impactar suas re-

giões e redes globais. Um exemplo notável é a cidade de Adis Abeba, na Etiópia, que chegou a ser apelidada de “Dubai africana” por revistas de economia durante as principais obras de investimento em infraestrutura e tecnologia em meados dos anos 2010 (Addis Ababa The Dubai..., 2015).

Figura 1: Mapa do Chifre da África com localização de Adis Abeba



Fonte: Mapa da Etiópia dentro do Chifre da África, indicando a cidade de Adis Abeba. Google Maps, 2021.

Adis Abeba: desenvolvimento de uma Cidade Global na África Oriental

No ano de 2014, a consultora financeira ATKearney, que analisa as principais cidades globais e elabora um ranking das próximas cidades globais do futuro, classificou Adis Abeba como a terceira cidade mais proeminente para avanço em seu posicionamento global. O relatório, que abordava as cidades com potencial de ascensão internacional, observou que, embora a inovação em números absolutos não fosse elevada, a performance individual da cidade entre os anos de 2008 e 2013 foi notável, impulsionada pelas elevadas taxas de crescimento

3 Outros autores focam nas relações neoimperiais no sistema internacional, seguindo a abordagem de Wallerstein (1976) sobre centro e periferia. Apesar da descentralização do poder nas Cidades Globais (Gottdiener; Hohle; King, 2019), as funções globais ainda se concentram principalmente nas cidades do Norte Global, onde ocorrem a maioria das operações financeiras, sedes de empresas e centros de pesquisa de tecnologia e inovação (Gottdiener, Hutchison, 2011).

do país nesse período. O relatório também destacou os progressos na promoção da igualdade, da saúde e da transparência nos negócios (At Kearney, 2014).

O que caracteriza uma cidade global é o fato de seu centro de poder financeiro fazer parte do território local, além de ser uma peça-chave do mercado eletrônico e virtual em escala global. Empresas transnacionais estabelecem redes de filiais com atividades paralelas ou conjuntas, porém situadas fisicamente em várias localidades. A inauguração da sede de um Organismo Internacional em uma cidade, a escolha de uma cidade específica para abrigar a sede e o principal centro de atividades de uma empresa, bem como a decisão de uma universidade ou centro de tecnologia de criar seu principal laboratório de tecnologia da informação em determinada cidade, são fatores que definem essa condição de cidade global (Sassen, 2010; Kloosterboer, 2019).

Adis Abeba parece se adequar perfeitamente a esses critérios após se estabelecer como um dos principais centros de poder no contexto africano, ao abrigar a sede da União Africana, construída com recursos e envolvimento de empresas chinesas a um custo de 200 milhões de dólares no início de 2012. Esse edifício monumental é agora um marco na skyline da cidade e foi considerado um “presente” chinês para a comunidade africana. Atualmente, a cidade é palco das principais reuniões políticas envolvendo a integração regional na África e emerge como um dos centros mais relevantes de política internacional no mundo (African Union Opens..., 2012; Kloosterboer, 2019).

No que se refere aos sistemas de transporte, Adis Abeba hoje opera como um hub de conexões para diversos voos internacionais com destinos à África e ao Oriente Médio. O

Aeroporto Internacional de Bole desempenha um papel fundamental nesse contexto e está passando por expansões significativas para a construção de novos terminais. O projeto, financiado por investimentos chineses, visa aumentar a capacidade do aeroporto, proporcionando uma infraestrutura mais abrangente para acomodar o fluxo crescente de passageiros (Ethiopia Sets... 2015).

A cidade também sedia um extenso complexo industrial e ostenta a distinção de ter inaugurado a primeira linha de metrô na África Subsaariana em setembro de 2015. Esse marco assume um significado simbólico considerável, refletindo a aspiração da região em se estabelecer como um polo tecnológico no continente. A rede de metrô, que cobre uma extensão de 17 quilômetros, interliga as zonas industriais ao centro urbano (Sub-Saharan...2015). Essa iniciativa foi financiada pelo Banco Exim e construída pelo China Railway Group, uma empresa estatal chinesa de transporte ferroviário (Want A New... 2015).

As linhas do metrô percorrem túneis, atravessam a região industrial ao sul da cidade e conectam-se com os distritos de Merkato e o centro histórico. Outra linha, com trajeto a oeste, passa pela sede da União Africana, cruza o governo distrital e alcança áreas residenciais modernas. A capacidade prevista do metrô é transportar 60 mil passageiros por hora, contando com duas linhas divididas em 39 estações na área metropolitana, construídas com o apoio da China Electric Power Equipment Technology, outra empresa estatal chinesa. O governo etíope ressalta a importância crítica dessa infraestrutura para sustentar um crescimento econômico continuado, que mantém uma taxa de mais de 10% ao ano (ALADE; EDELENBOS; GIANOLI, 2019).

Paralelamente a esse projeto, foi planejada a construção de uma ferrovia que conecta Adis Abeba ao Djibuti. Além disso, estão em andamento a construção de uma usina hidrelétrica, a criação de túneis diversos e a realização de obras para nivelamento de terrenos, visando facilitar futuras estruturas de transporte. A administração das ferrovias no país ficará sob a responsabilidade do Shenzhen Metro Group e da China Railway Engineering Corporation, ambas empresas estatais chinesas, pelo período de cinco anos (Alade; Edelenbos; Gianoli, 2019); *Modernizing...* 2015).

Todas essas operações foram viabilizadas por meio de empréstimos do Banco da China, que ofereceu um período de carência de três anos e uma taxa de juros de 2,6% baseada na Libor de seis meses. A empresa beneficiária e responsável pela construção foi a China Railway Engineering Corporation, e o projeto deveria ser concluído em um prazo inferior a dois anos. O empréstimo está atrelado à dívida pública da Etiópia, que atualmente equivale a cerca de 60% de seu PIB, e será pago por meio dos lucros gerados pelos projetos ferroviários (*Modernizing...* 2015).

Estes são exemplos concretos que ilustram como atividades com localização e endereço físicos facilmente identificáveis podem exercer um impacto direto sobre as comunicações, o mercado global, o desenvolvimento de novas tecnologias e, consequentemente, contribuir para a configuração de estruturas que descentralizam o poder global. Isso, por sua vez, facilita a consolidação da economia neoliberal e promove a interdependência entre as nações. Nesse contexto, Adis Abeba emerge como o epicentro de tais dinâmicas, assumindo não apenas o papel de um local de expressão da globalização, mas

também de um ator proeminente no panorama internacional.

À medida que as operações financeiras, burocráticas e políticas internacionais se organizam em um espaço abstrato e virtual, e à medida que seus processos se tornam cada vez mais informatizados, cresce a estratégia de descentralização física e a complexidade da administração tanto por parte das fontes centrais de poder quanto pelos centros regionais, territoriais e estratégicos, bem como pelos serviços especializados fundamentais para o funcionamento do sistema. Tais serviços de infraestrutura de comunicação e mobilidade, tecnologia da informação, pesquisa e manutenção, são concentrados em cidades específicas do globo, a fim de assegurar o funcionamento contínuo do sistema financeiro e político contemporâneo (Sassen, 1991).

Adis Abeba não destoa desse paradigma e, graças aos investimentos chineses, está transcendendo suas profundas disparidades sociais e carências de recursos, metamorfoseando-se em um centro de excelência em termos de tecnologia de ponta, infraestrutura urbana e instituições políticas no contexto do Chifre da África. A trajetória pioneira da cidade ressalta como as novas relações Sul-Sul e os investimentos diretos estrangeiros chineses estão, aparentemente, contribuindo positivamente para o cenário das cidades globais. Esse processo também engendra a inclusão de uma nova representante do Sul global na lista de destaque de 2014, conforme indicado pelo relatório da At Kearney (2014). Isso reflete a mudança gradual nas estruturas das relações antes dominadas por dinâmicas Norte-Sul, ou Centro-Periferia, ao lado do processo de descentralização de poder e ancoragem de capital flutuante em investimentos urbanos.

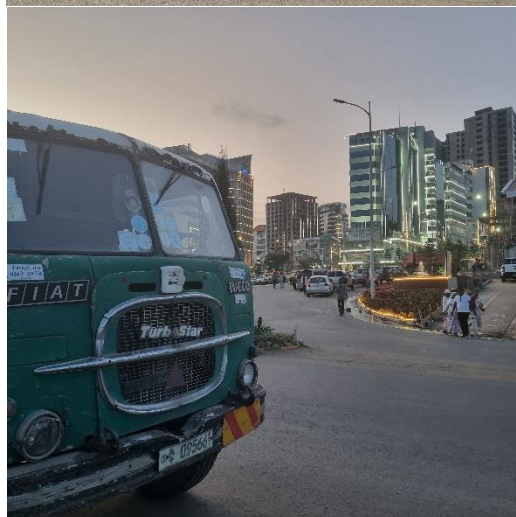
Reflexões Finais

O crescimento da aquisição de commodities africanas por parte da China e a implementação de projetos de cooperação internacional e desenvolvimento, nos quais empresas estatais chinesas estão envolvidas em empreendimentos ambiciosos no continente africano, têm suscitado indagações consideráveis sobre a natureza das relações sino-africanas no século XXI. Ainda que alguns estudiosos sustentem que essas dinâmicas representam uma forma contemporânea de imperialismo, a política externa chinesa aparentemente não almeja redesenhar as estruturas políticas e econômicas do continente africano da mesma maneira que as antigas potências coloniais o fizeram por meio de suas políticas intervencionistas, mesmo após as descolonizações. A China colhe benefícios dos investimentos e dos substanciais empréstimos que concede aos governos locais, enquanto, por sua vez, esses governos desfrutam de um período altamente promissor de desenvolvimento e aprimoramento da infraestrutura, estimulados pelo próprio crescimento chinês. Nesse sentido, é possível perceber que, enquanto a China se beneficia das commodities e dos projetos implementados na África, este último também obtém sua parcela nos expressivos índices de expansão econômica chinesa.

Contudo, é crucial monitorar cuidadosamente o destino dos lucros oriundos desses investimentos, bem como o modo pelo qual as populações dos países beneficiados estão efetivamente tirando proveito dessas relações. A isso soma-se a consideração dos impactos da pandemia de COVID-19, que empurrou uma considerável parte da força de trabalho para a informalidade, especialmente em nações de baixa renda, afetando sobremaneira o processo

de desenvolvimento (OIT, 2021).

Na Etiópia, os índices de emigração estão em constante ascensão, o que levou o governo a implementar medidas para conter os abusos enfrentados pela população emigrante no exterior, particularmente focadas na salvaguarda das mulheres que trabalham no setor doméstico no exterior. Nos últimos anos, o governo etíope estabeleceu acordos internacionais substanciais de migração laboral bilateral em colaboração com a Organização Internacional do Trabalho, bem como realizou investimentos significativos na capacitação de sua equipe diplomática e de inspeção do trabalho. Isso visa gerir essa situação de maneira eficaz e manter a trajetória de crescimento do país. (Centro Internacional de Formação da OIT, 2018; OIT, 2019).



Trabalho informal e novos edifícios no bairro de Piassa (2024)

Figura 2: Treinamento para diplomatas, inspetores do trabalho e membros do Ministério do Trabalho da Etiópia no Centro Internacional de Formação da OIT (2018).



Fonte: arquivo do autor (2018)

A fragilidade das instituições financeiras e democráticas em países africanos apresenta um considerável obstáculo para o desenvolvimento econômico. Os recentes conflitos entre o governo etíope e a Frente de Libertação do Povo Tigray (TPLF), que exercia controle sobre a região de Tigray, têm resultado em uma significativa crise humanitária. Essa crise inclui uma onda de emigração para países vizinhos e para áreas urbanas, comprometendo também os investimentos estrangeiros no país (Cardoso, 2020; Human Rights Watch, 2022).

Adicionalmente, há a perspectiva de um fluxo de refugiados e migrantes extremamente vulneráveis vindos das regiões rurais em direção à capital. Diante dessa situação, torna-se urgente a formulação de políticas abrangentes

de inclusão social e urbanização com o intuito de atenuar as disparidades existentes (Degefa, Cheru, 2021; Cheru, Shaw, 2018; Schiere et al, 2011).

Para além dos conflitos, a ausência de organizações efetivas capazes de coordenar e assegurar uma distribuição justa e equitativa dos lucros e vantagens advindos das relações sino-africanas é uma preocupação relevante. Torna-se, portanto, imprescindível a realização de um monitoramento rigoroso dos investimentos e projetos firmados entre os governos e as empresas estatais chinesas. Esse monitoramento visa a uma compreensão aprofundada das novas dinâmicas dos atores envolvidos na cooperação internacional no Sul Global, considerando o papel preponderante que essa

cooperação desempenha como um motor central do desenvolvimento acelerado nos últimos anos (Gebregziabher, 2019).

A transformação observada em Adis Abeba ao longo dos últimos anos constitui um exemplo paradigmático da colaboração sino-africana para o desenvolvimento. Através da concretização tangível dos resultados oriundos dos investimentos focalizados em um espaço geográfico específico, a cidade emergiu como um modelo concreto. Ademais, essa transformação assume um profundo significado ideológico, uma vez que Adis Abeba é reconhecida como um polo de relevância política, financeira e tecnológica no futuro. Como um “presente” chinês destinado ao desenvolvimento do continente africano, essa empreitada reafirma a natureza mutuamente benéfica da cooperação. O desafio que agora se coloca consiste na formulação e implementação de estratégias de governança, inclusão social para a redução das disparidades, resolução dos conflitos e enfrentamento dos impactos da pandemia de COVID-19 na região do Chifre da África, bem como na plena promoção do progresso da capital etíope.



Fonte: Foto do metrô durante visita de campo (2024)

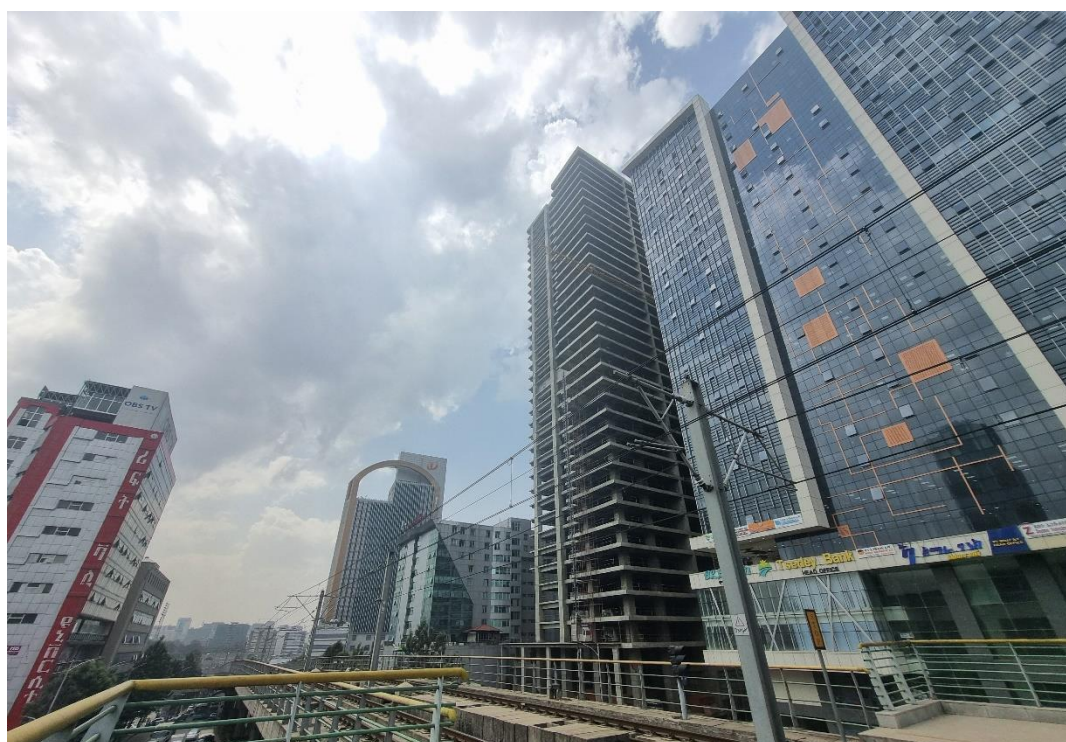


Foto da plataforma do metrô (2024)

- KING, Kenneth. The Beijing China-Africa Summit of 2006. **China Report**, v. 43, n. 3, p. 337-347, jul. 2007.
- KLOOSTERBOER, Marjan Hilde. "The "New" Addis Ababa: Shantytown or Global City? An Assessment of Large-Scale Inner-City Renewal, Redevelopment and Displacement for the Construction of a "New" Addis Ababa." Theses.gla.ac.uk, 2019, theses.gla.ac.uk/74327/. Acesso em 31 de agosto de 2023.
- LI, R. "China Development Report on South-South Cooperation" ecdd.net, 2013. <http://www.ecdd.net.cn/doc/sscreport.pdf>. Acesso 15. oct. 2021.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Capital : a critique of political economy**. London: Lawrence & Wishart, 2003.
- PAUTASSO, Diego; UNGARETTI, Carlos Renato. "A Nova Rota Da Seda E a Recriação Do Sistema Sinocêntrico." Estudos Internacionais: Revista de Relações Internacionais Da PUC Minas, vol. 4, no. 3, 23 Apr. 2017, pp. 25-44, <https://doi.org/10.5752/p.2317-773x.2016v4n3p25>.
- Rodrigues, Bernardo Salgado. "O Pouso Do Dragão Na América Do Sul." Cadernos PROLAM/USP, vol. 19, no. 37, 22 Oct. 2020, pp. 78-105, <https://doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2020.166148>. Accessed 8 May 2022.
- SASSEN, Saskia. **The Global City: New York, London, Tokyo**. Princeton: Princeton University Press, 1991.
- SASSEN, Saskia. **Cities in a World Economy**. Thousand Oaks, Pine Forge, 1994.
- SASSEN, Saskia. **Sociologia da Globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- SHARMA, P. Evolving Nature of China's South-South Cooperation. Global Issues, 2016.
- SCHIERE, Richard, et al. China and Africa: An Emerging Partnership for Development? 2011.
- SHORT, John Rennie Short. **Global Metropolitan: Globalizing Cities in a Capitalist World (Questioning Cities)**. London: Routledge, 2005.
- OIT. Training manual on the ILO Guidelines for skills modules in bilateral labour migration agreements (BLMAs). Geneva: Organização Internacional do Trabalho, 2019.
- OIT. Tool for the Assessment of Bilateral Labour Migration Agreements Pilot-tested in the African region. Geneva: Organização Internacional do Trabalho, 2021.
- OUT LAW. **Ethiopia sets sights on building new airport, beyond Addis Ababa expansion project**. Publicado em 16 de fevereiro de 2015. Disponível em: < www.out-law.com/en/articles/2015/february/ethiopia-sets-sights-on-building-new-airport-beyond-addis-ababa-expansion-project/ > Acesso em 2 de outubro de 2021.
- THAKUR, Monika. **Building on Progress? Chinese Engagement in Ethiopia**. In: China in Africa Project at South African Institute of International Relations, v.1, n.38, 2009.
- THE ECONOMIST. **Sub-Saharan Africa gets its first metro**. Publicado em 22 de setembro de 2015. Disponível em < www.economist.com/news/21665199-addis-ababa-has-opened-first-part-new-light-rail-system-sub-saharan-africa-gets-its-first-metro > Acesso em 30 de setembro de 2021.
- THE GUARDIAN. **Want a new tram? Ask the Chinese**. Publicado em 22 de setembro de 2015. Disponível em < www.theguardian.com/public-leaders-network/2015/sep/22/new-tram-chinese-addis-ababa-ethiopia-uk-councils > Acesso em 19 de outubro de 2021.
- VADELL, Javier. A Expansão Econômica E Geopolítica Da China No Século XXI. Sociedade Mineira de Cultura – Editora PUC Minas, 18 May 2021.
- VADELL, J., RAMOS, L. y NEVES, P. "The international implications of the Chinese model of development in the Global South: Asian Consensus as a network power". In: Revista Brasileira de Política Internacional, V. 57 (special issue), p. 91-107, 2014.
- VENKATARAMAN, Manickam; GOFIE, Solomon. **The dynamics of China-Ethiopia trade relations: economic capacity, balance of trade & trade regimes**. In: Bandung: Journal of the Global South, v.2, n. 8, 2015.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **A World-System Perspective on the Social Sciences**. The British Journal of Sociology n. 27, p. 343-352, 1976.
- ZHAO, S. **Beijing's Perceptions of the International System and Foreign Policy**. Adjustment after the Tiananmen Incident, in: S. Zhao (ed.), Chinese Foreign Policy. Pragmatism and Strategic Behaviour, New York, London: M.E.Sharpe, pp. 140-150, 2004.
- ZHANG, Q. China's relations with developing countries: patterns, principles, characteristics, and future challenges. In FREEMAN, C. Handbook of Research on Contemporary China. London: Edward Elgar, 2016, p. 51-70.